

(Des)Continuidades: relacionamentos estáveis entre homens no contemporâneo

(Dis)Continuities: stables relationships between men in the contemporary

Fábio Morelli

Recebido: 20.03.2017

Aceito: 30.05.2017

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo buscar compreender como os relacionamentos conjugais estabelecidos entre homens são atravessados por regulações heteronormatividade, bem como esses homens negociam com essas regulações. Para isso houve a realização de entrevistas com dois casais residentes no interior do Estado de São Paulo e, após a transcrição de suas falas, elas foram analisadas e reunidas em quatro categorias conforme a proposta da metodologia da análise de conteúdo que são: relações familiares, expectativa hereditária, monogamia e reconhecimento civil. A partir disso, foi possível considerar que as relações conjugais entre homens estão sujeitas a um duplo processo. De um lado, elas são guiadas de acordo com normativas culturais quanto às relações que se aproximam das relações heterossexuais e, por outro lado, esses relacionamentos têm reconfigurado algumas noções de amor e de como as relações devem acontecer criando, assim, novos códigos de como se relacionar no contemporâneo. **Palavras-chave:** homoafetividade, heteronormatividade, conjugalidades, masculinidades

Abstract: This research has the aim to seek understand how the conjugal relationships have been established between men that are crossed through heteronormativity regulations, and also how this men have to negotiate with this regulations. For this, there were two interviews with two couple that are living in the countryside of the São Paulo State and, after the transcription of their lines, was made an analyze according the content analysis that are: familiar relationships, hereditary expectation, monogamy and civil recognition. From this, it was possible to considerate that the conjugal relationships between men are under a double process. On one hand, they are guided according the straight cultural normative and, on the other hand, this kind of relationships has been reconfigured some notions of love and also the way this relationships must be happen creating, this way, new codes of the way of to relate in the contemporary. **Keywords:** homoafectivity, heteronormativity, conjugality, masculinities.

Introdução

Diferentes histórias, diferentes origens e diferentes famílias. Quatro homens. Duas cidades do interior de São Paulo (Tupã e Assis). O que os casais Anderson e Bruno e Camilo e Daniel¹ possuem em comum? Se, por um lado, eles compartilham a experiência de terem rompido com a expectativa da heterossexualidade como norteadora das relações amorosas, por outro lado, será que conseguiram romper com a heteronormatividade enquanto um dispositivo regulador das relações sociais que autoriza não só a existência, mas também como se dá a visibilidade de seus afetos e de sua constituição familiar?

¹ Os nomes aqui referidos são fictícios a fim de preservar a identidade dos participantes conforme exige o conselho de ética em pesquisa. Esta pesquisa foi aprovada pela Faculdade de Filosofia e Ciência da UNESP – Campus de Marília, sob o parecer de nº 1122/2010.

Mais do que somente regular, a heteronormatividade contribui com o aumento da vulnerabilidade sob a qual casais formados por pessoas do mesmo sexo podem perder o apoio de seus familiares no que se refere ao modo de se relacionar, bem como ficar dependendo do Estado para reconhecê-los/as como um casal, como também para garantir proteção às configurações sociais não heterossexuais. Condições essas que não atingem os casais que se constituem de modo heterossexual porque tanto o Estado, quanto a família, por exemplo, os apoiam e buscam garantir sua proteção e manutenção, pois heterossexuais possuem a autorização, a visibilidade, o reconhecimento e, assim, a legitimidade para se relacionarem.

Não queremos tratar a situação como se houvesse apenas vulnerabilidade dentre os casais homoafetivos² significando que isso é tudo o que eles possuem. Queremos também evidenciar o quanto as relações amorosas nos moldes não convencionais apresentam o quão potente são os afetos à favor da vida que, mesmo inseridos num dispositivo cruel que garante proteção a uns e nega a outros, não deixam de seguir seus sentimentos como força de enfrentamento das desigualdades.

Por meio de uma pesquisa³ feita com dois casais formados por homens e com a ajuda dos procedimentos teóricos proporcionados pela criação de algumas categorias analíticas embasadas na metodologia da análise de conteúdo (Bardin, 2010), este texto se dará na corda que bambeia dentre os processos que buscam disciplinar e autorizar as relações humanas, elencando quais configurações afetivas valem mais e quais valem menos, e os processos que escapam a esse regime permitindo que, mesmo no sufoco da regulação afetiva, existam corpos que querem amar e, assim, transbordar os limites produzidos pelo dispositivo da (hetero)sexualidade. Além disso, a partir dessa pesquisa foi possível também delinear algumas pistas sobre a atual conjuntura social no que se refere ao modo como homens que querem se envolver com outros homens são tratados, bem como o modo como negociam com a vida os seus relacionamentos.

Dispositivo de sexualidade e heteronormatividade

O exercício, as identidades e as práticas ligadas ao sexo ganharam novos contornos a partir de algumas reflexões filosóficas e políticas porque, assim, deixaram de ser elementos exclusivos de discursos médico-legistas, bem como dos discursos cristãos ligados aos poderes da igreja. A partir de Michel Foucault (2009) a sexualidade passou a ser vista como um elemento discursivo que foi instrumento de regulações de poderes sobre elas. Segundo o autor, o sexo nunca foi silenciado, pelo contrário, sobre ele sempre foi dito por meio de uma série de explicações sobre ele. Os discursos que permearam o sexo são semelhantes à lógica do confessionário, na qual há, de um lado, um confidente sendo levado a contar as suas histórias e as suas experiências mais espúrias e, de outro lado, alguém que as escute e, a partir disso, oriente, explique, diga como acontece e, principalmente, como deveria acontecer.

Essa lógica confessional, a qual nos tornou uma espécie de sociedade confessada, não é regulada por elementos simétricos e democráticos nos quais a confissão se dá pela problematização e questionamento das formas de pensar, mas, ao contrário, ela se dá por regulações de poder nas quais as relações de confissão se dão de modo assimétri-

² A preferência pelo termo “homoafetivo” é para contrapor a concepção mais comum que é a de “homossexual”. Tal preferência se dá para que as relações entre pessoas do mesmo sexo sejam reduzidas a apenas contatos sexuais como se não houvesse a troca de afetos.

³ Esta pesquisa foi realizada para a produção de uma monografia a fim de obter o título de Bacharel em Ciências Sociais pela UNESP/Marília sob a orientação do Prof. Dr. Hugues Costa de França Ribeiro.

co, isto é, um tem o poder de orientar e o outro de ser orientado e, assim, obedecer às indicações. As ciências – especialmente, as médicas e/ou ligadas à saúde – e a igreja institucionalizada em seus princípios cristãos, foram os principais espaços de manutenção dessa ordem fazendo com que a moral e a ética quanto ao sexo adquirisse contornos específicos. Sobre isso, Guacira Lopes Louro (2009) nos conta:

Ao final do século XIX, serão homens, médicos e também filósofos, moralistas e pensadores (das grandes nações da Europa) que vão fazer as mais importantes “descobertas” e definições sobre os corpos de homens e mulheres. Será o seu olhar “autorizado” que irá estabelecer as diferenças relevantes entre sujeitos e práticas sexuais, classificando uns e outros a partir do ponto de vista da saúde, da moral e da higiene. (...) Buscava-se tenazmente conhecer, explicar, identificar e também classificar, dividir, reger e disciplinar a sexualidade. Tais discursos, carregados da autoridade da ciência, gozavam do estatuto de verdade e se confrontavam ou se combinavam com os discursos da igreja, da moral e da lei (Louro, 2009, p. 88).

A ideia de que há alguns – no masculino mesmo – que são reconhecidos pública e socialmente para dizerem e, assim, serem ouvidos, é o que garante o lugar da produção da verdade que, por ser legítimo socialmente, pouco é questionado. Esse lugar no qual há o reconhecimento de fala é que faz com que Foucault (2009, 2013, 2014) aposte no discurso como um instrumento poderoso de produção da verdade e, assim, das nossas ações. Esses elementos discursivos por meio dos quais é possível se criar verdades é chamado por Foucault de “Dispositivo”:

Por esse termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é rede que se pode estabelecer entre esses elementos. (...) entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante (Foucault, 2014, p. 364-365).

Se os discursos possuem o poder de criar prédios, administrações, leis, sanções ou medidas administrativas – só para citar alguns de seus efeitos –, eles também podem determinar como as pessoas lidarão com os seus afetos, bem como com as suas práticas e desejos sexuais e, até mesmo, os entendimentos que as pessoas terão quanto ao que é ser homem e ao que é ser mulher. Em outras palavras, os discursos é que estabeleceram concepções hegemônicas quanto ao gênero e à sexualidade. Essas concepções, conjugadas, possuem características específicas e poderosas que atravessam nossas vidas até os dias atuais.

Conforme afirma Judith Butler (2014) esses discursos produziram um sistema chamado por ela de sexo/gênero/desejo. Ao descobrir-se a genitália do embrião já se inicia uma ordem regulatória quanto ao gênero. Se tiver o pênis, ele se desenvolverá discursivamente quanto sujeito nos moldes sociais ligados ao sexo masculino. Caso tenha a vagina, será levada a se desenvolver em consonância com os constructos sociais ligados ao gênero feminino. E em ambos os casos, o desejo deverá ser heterossexual.

A declaração “É uma menina!” ou “É um menino!” também começa uma espécie de ‘viagem’, ou melhor, instala um processo que, supostamente, deve seguir um determinado rumo ou direção. A afirmativa, mais do que uma descrição, pode ser compreendida como uma definição ou decisão sobre um

corpo. Judith Butler (1999) argumenta que essa asserção desencadeia todo um processo de ‘fazer’ desse um corpo feminino ou masculino. Um processo que é baseado em características físicas que são vistas como diferenças e às quais se atribui significados culturais. Afirma-se e reitera-se uma sequência de muitos modos já consagrada, a sequência sexo-gênero-sexualidade. O ato de nomear o corpo acontece no interior da lógica que supõe o sexo como um ‘dado’ anterior à cultura e lhe atribui um caráter imutável, a-histórico e binário. Tal lógica implica que esse ‘dado’ sexo vai determinar o gênero e induzir a uma única forma de desejo. Supostamente, não há outra possibilidade senão seguir a ordem prevista. A afirmação ‘é um menino’ ou ‘é uma menina’ inaugura um processo de masculinização ou de feminização com o qual o sujeito legítimo, como um ‘corpo que importa’, no dizer de Butler, o sujeito se verá obrigado a obedecer às normas que regulam sua cultura (Louro, 2004, p. 15-16).

Esse discurso constitutivo dos gêneros e dos desejos se instaura numa lógica binária opositiva, na qual esses antagonismos se reforçam enquanto categorias. O homem em oposição à mulher, o masculino em oposição ao feminino, o heterossexual em oposição ao homossexual, o normal em oposição ao anormal e o correto em oposição ao errado. Portanto, estas categorias não só instituem no corpo marcas de como ser identificado, mas a própria ideia de um corpo passível de assimilar essas lógicas binárias também faz parte de um discurso sobre o que é o corpo, não abrindo espaço para novos nomes que não se encaixam nesse sistema que recai sobre a produção dos corpos.

É nesse sentido que Butler (2014) vai considerar os gêneros como performativos porque ele se dá por meio de códigos, valores e posicionamentos éticos que são produtos de lógicas discursivas que produzem verdades sobre os mesmos. O desejo, do sistema sexo/gênero/desejo, será sempre heterossexual que, embora atinja homens e mulheres, não os/as atravessam da mesma maneira. Segundo Adrienne Rich (2010), ainda que a heterossexualidade seja compulsória para homens e mulheres, são elas que mais sentem os seus efeitos por meio da compulsoriedade da heterossexualidade. São às mulheres que recaem, mais fortemente, os discursos de preservação do corpo para as relações matrimoniais por meio do consagrado casamento que, talvez possua nos sonhos comuns às mulheres de casarem-se de branco e terem filhos e filhas, seu maior triunfo.

O fato de só haver uma concepção sexual somente sob a égide da heterossexualidade não é o suficiente para falarmos em uma heteronormatividade. Além da visão heterossexista, digamos assim, mais atualmente estamos enfrentando uma outra faceta sua. Após as lutas políticas do movimento LGBT⁴ por meio das quais foi possível conquistas quanto à visibilidade de outras sexualidades, a heteronormatividade ganhou novos contornos nos quais agora, muitas vezes, até se entende que as pessoas podem não ser heterossexuais, porém, elas devem continuar se comportando como um/a heterossexual. Em outras palavras, nessa nova faceta, a heteronormatividade exige de lésbicas e gays, por exemplo, que não sejam masculinizadas ou afeminadas demais ou simplesmente não troquem carícias, nem demonstrem afetos em público, isto é, mesmo que homossexuais, eles e elas, devem passar publicamente como se fossem heterossexuais.

⁴ A sigla LGBT diz respeito, após muitos anos de disputa para chegar-se em um acordo, às lésbicas, aos gays, aos/às bissexuais e o T é uma sigla guarda-chuva para travestis, transexuais e transgêneros/as. Para conhecer mais sobre a história do movimento LGBT no Brasil sugiro o livro do Julio Simões e Regina Facchini (2009) “Nas trilhas do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT”.

Historicamente, a prescrição da heterossexualidade como modelo social pode ser dividida em dois períodos: um em que vigora a heterossexualidade compulsória pura e simples e outro em que adentramos no domínio da heteronormatividade. Entre o terço final do século XIX e meados do século seguinte, a homossexualidade foi inventada como patologia e crime, e os saberes e práticas sociais normalizadores apelavam para medidas de internação, prisão e tratamento psiquiátrico dos homo-orientados. A partir da segunda metade do século XX, com a despatologização (1974) e descriminalização da homossexualidade, é visível o predomínio da heteronormatividade como marco de controle e normalização da vida de gays e lésbicas, não mais para que se “tornem heterossexuais”, mas com o objetivo de que vivam com eles (Miskolci, 2009, p. 157).

Se homossexuais não podem mais ser presos nem submetidos a tratamento psiquiátricos e/ou psicológicos, resta-nos perguntar: como a heteronormatividade tem atravessado as vivências e experiências homossexuais atualmente? A tentativa de responder a essa pergunta é o que caracteriza a busca por esta pesquisa. Entretanto, cabe deixar claro que ela trata de uma pesquisa localizada e não procura universalizar os seus resultados, até mesmo porque os sujeitos da entrevista também possuem mais de trinta e cinco anos de idade, um dado importante para não pensar que as suas experiências se assemelham as experiências vividas por casais mais novos que eles. Além disso, é importante reforçar que ela se deu entre relacionamentos estáveis entre homens e, assim, os seus resultados não podem, de forma alguma, serem estendidos à forma como se dão os relacionamentos entre mulheres. Para isso, a partir das entrevistas realizadas com esses dois casais foram reunidos fragmentos de seus discursos que destacassem algo em comum. Assim, quatro categorias⁵ que atravessam os seus relacionamentos foram elaboradas, são elas: relações familiares, expectativas hereditárias, monogamia e reconhecimento civil.

Relações familiares

A família, como aponta Foucault (2009), é um dos principais arranjos sociais responsável pela manutenção dos valores hegemônicos sociais, tornando-se assim, um dos lugares que mais se esforçam para a manutenção da heterossexualidade e das configurações normativas de gênero. Nesse sentido, as relações afetivas entre homossexuais apontam para uma nova configuração e acepção do conceito de família. Entretanto, isso não acontece sem resistência ou questionamento de que tipo de configurações sociais deve ser reconhecido como família, tanto que muitos/as pessoas não reconhecem um casal de homens ou um casal de mulheres, mesmo que com filhos/as, família⁶. Sendo assim, os relacionamentos homossexuais despertam certo pânico, como dirá Miskolci (2007), porque reconhecê-los como família é questionar a própria ideia estabelecida sobre o que é o casamento e as suas respectivas funções.

O casamento gay se tornou uma possibilidade que evoca temores com relação à sobrevivência da instituição em seu papel mantenedor de toda uma ordem social, hierarquia entre os sexos, meio para a transmissão de propriedade e, principalmente, valores tradicionais. Assim, se a rejeição ao casamento

⁵ Cabe ressaltar que essas quatro categorias não esgotam a temática aqui abordada, mas são relevantes porque parece que, ainda que aconteça de forma diferente e localizada, elas são categorias que uma significativa parte de casais homoafetivos tem que lidar em suas configurações conjugais.

⁶ Há, nesse sentido, recentes projetos na Câmara dos Deputados como o “Estatuto da Família” (Projeto de Lei 6583/2013), cujo objetivo é definir família como somente formada por casais heterossexuais. Fonte: <http://zip.net/bntLQV> (Consulta em: 13.03.2017).

gay reside neste pânico de mudança social, isto se dá porque nossa sociedade construiu historicamente a imagem de gays como uma ameaça do *status quo* (Miskolci, 2007, p. 104. Grifos do autor).

Pensando socialmente, as relações homoafetivas incomodam todos/as aqueles/as que não conseguem pensar a família para além dos relacionamentos heterossexuais e, ao mesmo tempo, abrem espaço para novas perspectivas sobre o casamento e sobre ela. Como diz Luiz Mello:

Assim, pensar a família no contexto das relações amorosas estáveis entre pessoas do mesmo sexo talvez seja uma oportunidade singular para a compreensão dos limites e possibilidades de construção de uma família plurívoca, dessencializada de qualquer determinação “natural”, em que a diversidade de formas possíveis de estruturação dos vínculos familiares tenha como substrato comum não apenas a preocupação com a reprodução biológica da espécie, mas, principalmente, a criação de condições que assegurem o bem-estar físico e emocional dos seres humanos em interação (Mello, 2005, p. 40).

Se pensar as conjugalidades⁷ homoafetivas é pensar novas formas de tensionamento do casamento e da família, resta-nos saber: como se sentem as pessoas que estão passando pela experiência de configurar famílias não tradicionais? Em outras palavras, se já sabemos dos efeitos da conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo na sociedade, quais seriam as sensações e negociações entre as pessoas que protagonizam esses efeitos? Ambos os casais, antes mesmo de se conhecerem e, assim, constituírem suas relações, tiveram que negociar com a família o fato de não serem heterossexuais. Nas palavras de Daniel:

(...) Eu sou de uma família de quatro irmãos e uma menina. Então assim, a pressão da masculinidade sempre foi muito forte. (...) porque muito cedo você descobre que se tem esse diferencial; o pessoal percebe que você tem outro interesse, que o seu foco é outra coisa. (...) Então assim, por uma dessas, e por pressão mesmo dele [do irmão mais velho], eu acabei indo para o psicólogo com 13/14 anos. E a solução meio que encontrada, até por mim, foi criar outro perfil que não forçasse muito a barra, seja do estereótipo, que existe! E isso foi interessante, porque você acaba procurando a relação mais com o masculino mesmo. Dessa história toda eu acabei meio que assim, porque eu era de uma família muito religiosa, e eu acabei me envolvendo com religião. E durante toda a adolescência foi meio que uma forma de tentar fugir ou de sublimar, sei lá, a própria sexualidade. A ponto de eu não ter relacionamento afetivo durante a minha adolescência, era uma coisa muito radical mesmo em relação à religião. Até o momento em que, é lógico você vai crescendo e vivenciando as suas pulsões, os seus desejos aumentam e tal, você acaba, né? Eu comecei a me questionar muito, tem toda a questão religiosa “isso não pode, isso não pode”, mas também tem uma questão minha,

⁷ O conceito de conjugalidade é utilizado mais frequentemente por alguns/umas autores/as em contraponto ao casamento justamente porque por casamento geralmente se entende formado por um casal heterossexual sob os rituais cristãos. A fim de desviar dessa pré-noção quase inerente à expressão casamento, é que Heilborn aposta no conceito de conjugalidade que “(...) não é aquela que emerge de um fato jurídico. É, isto sim, o que expressa uma relação social que condensa um ‘estilo de vida’, fundado em uma dependência mútua e em uma dada modalidade de arranjo cotidiano, mais do que propriamente doméstico, considerando-se que a coabitação não é uma regra necessária” (Heilborn, 2004, p. 12). Cabe ressaltar que esta expressão foi privilegiada num momento em que a união estável entre pessoas do mesmo sexo ainda não havia sido aprovada pelo Supremo Tribunal Federal, situação essa que mudou em maio de 2011.

de pele; se eu sou assim e religião diz que Deus faz tudo perfeito e eu me sinto feito assim, então eu não tenho que me envergonhar disso. Então a partir dessa ideia eu acabei me deslocando: “Não, eu sou assim e ponto!”. Se as pessoas não me aceitam, é porque as pessoas não entendem, não sou eu que tenho que me tolher para suprir a necessidade de entendimento dos outros (Entrevista Daniel, 19.02.2011).

Nota-se, portanto, que há uma experiência comum sobre a negociação da sexualidade de homossexuais com a família que, como no caso do Daniel, opta por forjar certos modelos de gênero para que se passe despercebido e, assim, não perca apoio familiar. Desse modo, além da negociação sobre a homossexualidade, os sujeitos dessa pesquisa, por se tratar de homens, também há certa preocupação com a manutenção do gênero, isto é, do quão homem eles são.

No caso do gênero masculino, há uma espera de conformação com as características construídas ao longo dos anos, como a reiterada afirmação da virilidade, buscando corresponder à figura do macho. A virilidade adquire um sentido de honra, não corresponder aos aspectos masculinos significa uma diminuição de sua honra frente a um grupo de pessoas que esperam isso dos homens (Bourdieu, 2010). A masculinidade é uma valoração do corpo que intermedeia as relações sociais. Para os homens inseridos nesse panorama, qualquer relação de seus corpos com a feminilidade se torna algo abominável. Em outras palavras, o que mais ofenderia um homem nessas normas de gênero seria tratá-lo como uma mulher. Assim, a masculinidade se constitui através do afastamento e da negação de tudo o que seja feminino. Esta busca pela masculinidade padrão não só se inscreve em corpos de modo que os configuram como também determinam o tipo de homem que é desejado ou não.

Como a honra – ou a vergonha, seu reverso, que, como sabemos, à diferença da culpa, é experimentada diante dos outros –, a virilidade tem que ser validada pelos outros homens, em sua verdade de violência real ou potencial, a atestada pelo reconhecimento de fazer parte de um grupo de ‘verdadeiros homens’. Inúmeros ritos de instituição, sobretudo os escolares ou militares, comportam verdadeiras provas de virilidade, orientadas no sentido de reforçar solidariedades viris (Bourdieu, 2010, p. 65).

A constante necessidade de provar a masculinidade, portanto, se torna outro pânico social no que se refere aos homossexuais. A virilidade e masculinidade estão completamente desvinculadas de qualquer traço que se aproxime do feminino, inclui-se nesse caso a passividade masculina (isto, homens que se permitem serem penetrados), que fere essa lógica de dominação, pois um homem de verdade jamais deve ser penetrável (Sáez & Carrascosa, 2011). Nem por um *dildo*, nem por um dedo e muito menos por um pênis. Há uma preocupação masculina em não utilizar adereços femininos, nem hábitos, expressões ou modos de se comportar que se aproxime da feminilidade, porque isso significa uma perda de virilidade que pode acarretar riscos como o simples fato de ser considerado ou chamado de gay, *bicha*, *viado* ou homossexual. Adjetivos estes que no mundo masculino machista são considerados ofensas porque denunciam uma aproximação com o gênero feminino.

Se, individualmente, essa negociação tende a uma discricção de seus desejos, o estabelecimento de uma relação sexual e afetiva com alguém do mesmo sexo também acaba exigindo elementos que se aproximam do segredo e da discricção. Na época em que Anderson e Bruno foram entrevistados, o casal já possuía vinte e um anos de rela-

cionamento e, - como relatam, - a família do Anderson só soube da real situação após doze anos de relacionamento.

É possível perceber, assim, que a experiência de preferir por um sigilo ou descrição é algo que atravessa os relacionamentos homoafetivos. Entretanto, isso não quer dizer que, no momento em que as famílias passam a ter o conhecimento da real situação, essas relações sejam negadas e excluídas, mas, é necessário atentar-se ao fato de que a apreensão e o medo da rejeição estão presentes, - ainda que esse não seja o destino do casal. No caso dos dois casais entrevistados nessa pesquisa, após anos de relacionamento, as famílias, morosamente, passaram à aceitá-los e, atualmente, seus pais e irmãs/os frequentam suas casas e buscam por certa proximidade a fim de manter os laços de afeto. Seguem as palavras de Daniel sobre o álbum de casamento do irmão do Camilo, seu parceiro.

No álbum de casamento do teu irmão está a família inteira e eu estou junto. Talvez essa seja a prova maior de que as duas famílias nos assumiram porque a gente está nessas fotos oficiais de família. Nas festas de família como natal e ano novo nós estamos juntos ali sem problema, não tem mais nenhum questionamento, nós estamos nas fotos. As formas que eles arrumaram também para nos aceitar, ou para nos acolher também (Entrevista Daniel, 19.02.2011).

Ainda que Daniel e Camilo reconheçam suas presenças na foto como um reconhecimento de suas relações, eles também contam que em uma virada de ano com a família de Camilo, eles não se sentiram à vontade de beijarem-se. Ainda que a família tenha conhecimento de sua conjugalidade homossexual, ela parece criar novas estratégias do que pode ser visto ou não sobre o casal. Além disso, Camilo conta que sua mãe utiliza outros nomes, ao invés de gênero, para se referir ao Daniel como “é o anjo da guarda do meu filho” ou, como diz o pai de Daniel ao se referir ao Camilo “O Camilo é o quinto filho que ganhei”. Situações assim ilustram certa confusão quanto aos nomes que familiares utilizam para se referir ao casal, o que significa que eles têm que criar ou resignificar as palavras utilizadas para se referir a essa outra configuração conjugal.

Por último, é importante dizer que, em ambos os casos, as famílias aceitaram os seus relacionamentos com maior facilidade por considerarem os seus relacionamentos algo mais “sério”, haja vista que assumiram as suas relações após alguns anos de conjugalidade. Isso pode criar outro problema para a comunidade homossexual: seriam somente homossexuais em contexto conjugais e com certa “seriedade” os reconhecidos e possíveis protegidos da família ou do Estado? Para Miskolci (2007) a legalização do casamento civil é importante, mas pode se tornar uma ferramenta que hierarquizará e, assim, diferenciará os *gays* ou as *lésbicas* em situação conjugal daqueles/as que não querem se enquadrar em configurações conjugais normativas como a união civil ou, até mesmo, a família. Em suas palavras:

As transformações em curso nas relações sociais e nas instituições como o casamento e a família geram pânicos morais que visam culpabilizar e controlar grupos estigmatizados. A parceria civil (ou casamento) entre pessoas do mesmo sexo beneficiará com maior aceitação social um grupo privilegiado e mais convencional de *gays* e *lésbicas*, enquanto pouco ou nenhum benefício trará para os não enquadrados, quer os que recusam a institucionalização e normalização de suas vidas amorosas, quer aqueles para os quais ainda restará o estigma da perversão sexual (Miskolci, 2007, p. 125).

A naturalização e fixação da heterossexualidade e do gênero enquanto reguladores e organizadores dos corpos, da sexualidade e dos afetos, permite a configuração de um panorama no qual qualquer tipo de expressão que não corresponda a essa norma busque outras alternativas para existir. Alternativas essas que nem sempre são reconhecidas ou legítimas e, assim, oferecem riscos aos que se aventuram por suas trilhas, ao mesmo tempo em que se torna um espaço de possível invenção de outros códigos de amor e de relacionamento. No que se refere às relações afetivas entre pessoas do mesmo sexo há, no mínimo, a sensação de que ao assumir este tipo de relação conjugal não haverá, pelo menos num primeiro momento, segurança sobre o seu apoio social. Muito pelo contrário, seja da família, dos amigos, do ambiente de trabalho, dos vizinhos, do mercado ou da padaria sempre pode surgir a questão “Será que eles sabem e seremos aceitos assim?”. Os riscos são inerentes à exposição.

Expectativa hereditária

É sabido que os discursos cristãos sobre o sexo são orientados sob uma perspectiva reprodutiva na qual o seu fim deve ser a procriação. Sendo assim, parte da expectativa da constituição familiar também se baseia na possibilidade de ter filhos/as. A questão, então, de reprodução é outra expectativa com a qual homens que constroem relacionamentos estáveis com outros homens têm que negociar. Nas palavras de Camilo:

(...) É mais pai e mãe que costumam dar esse tipo de problema de aceitação. Eles sonham assim “aí veio menino e quando casar vai nos dar netinhos” e esse tipo de coisa; eles fantasiam isso. Nasce-se uma menina, eles já ficam sonhando com o casamento dela, com a festa de quinze anos, com os netinhos que vão dar também. Como eu tenho duas irmãs, eu seria a esperança de levar o nome para frente e o sangue, entendeu? (Entrevista Camilo, 19.02.2011).

O que está sendo chamado aqui de expectativa hereditária é algo que não atravessa apenas homossexuais, claro, mas quando se trata dessa configuração conjugal há algumas especificidades a serem enfrentadas. Uma delas é o preconceito ainda muito presente de que a homossexualidade é algo genético e, por isso, autorizar homossexuais a terem filhos/as é, de alguma forma, perpetuar esse “comportamento”.

Um problema identificado na sociedade contemporânea se refere a como o pai gay muitas vezes é visto como um doente que irá transmitir sua homossexualidade aos filhos. Tal concepção muitas vezes vem associada ao mito de que eles são obcecados por sexo e tendem a abusar de seus descendentes ou, ao menos, expô-los ao ridículo perante a sociedade. Ao mesmo tempo identificamos que muitas dessas concepções e representações foram construídas a partir dos referenciais da Medicina, Psicologia e outras áreas da Ciência, que amparadas em determinados fundamentos epistemológicos e teóricos, instituíram e reforçaram lugares muito bem definidos para o que se denominou ‘normalidade’ e, conseqüentemente, ‘anormalidade’ (Ramires, 1997 apud Diniz & Borges, 2007, p. 253-254).

Além disso, os autores acima citados nos diz que parte da busca de casais homossexuais em ter filhos/as também pode dizer respeito a uma busca por aceitação social. Assim como o casamento, a busca pela constituição de um modelo de família do modo como estamos habituados/as pode garantir mais reconhecimento e aceitação, de acordo com suas pesquisas sobre paternidade homo/bissexual:

(...) Vários sujeitos que afirmam que, após o alcance da paternidade, suas vidas mudaram profundamente, e afirmam que alcançaram um maior reconhe-

cimento social e foram mais “bem vistos” pelos amigos e conhecidos (Diniz & Borges, 2007, p. 270).

Nenhum dos dois casais entrevistados possui filhos/as. Camilo e Daniel nos conta que além de não terem, não é algo que eles cogitam em realizar. Já Anderson e Bruno contam que já tentaram realizar a paternidade. Para isso, Anderson estabeleceu relações sexuais com uma amiga que também queria ser mãe e concordou em ser reprodutora para, assim, compartilhar a maternidade com Anderson mesmo sabendo que ele possui um parceiro. Porém, depois de algumas tentativas, a concepção não aconteceu e, assim, deixaram de tentar.

Em caso de filhos(as) ou não, o interessante é observar que há sempre o debate sobre sim e sobre o não. É uma herança dos modos com os quais a perspectiva de família foi construída na nossa cultura. Estando os homossexuais sem referência do que é uma família, do que é o casamento e como organizá-los, a família normativa heterossexual não deixa de ser o respaldo cultural mesmo que tenham relações sexuais e afetivas com o mesmo sexo. Inclusive, a preocupação em ter ou não filhos baseia-se também na ideia de que um lar construído por homossexuais pode não ser um lar ideal para os filhos e filhas.

Cumpra pensar que o desejo de homossexuais em instituir famílias construindo um lar conjunto e possivelmente adotando (ou até mesmo gerando) filhos reflete a força do ideal de família em nossa sociedade. Assim, da mesma forma que afirmamos que a sociedade ocidental é heteronormativa, pois pressupõe que todos os indivíduos são, pelo menos a princípio, heterossexuais, podemos afirmar que a família é compulsoriamente colocada como ideal de vida, como se constituí-la fizesse parte de uma “certa natureza humana” (Moscheta, 2004, p. 36).

A organização familiar de casais formados por pessoas do mesmo sexo configura as suas relações pautadas em referências do que é ser família, do que é ser um casal a partir de um panorama heteronormativo. Independentemente se com filhos(as) ou não, há sempre o questionamento sobre tê-los ou não, isto é, por sermos, a princípio, potencialmente férteis e capazes de reproduzir a decisão de não sermos pais ou mães parece ser uma espécie de desperdício; de não atendimento à função social dos seres humanos na sociedade.

Monogamia

Há mais um aspecto que aponta para certa continuidade dos modelos de relações afetivas criadas e exercidas por meio dos modelos de família baseados na heterossexualidade e, além disso, em noções de amor. Não se trata aqui de qualquer tipo de amor, mas de um amor que pode ser definido segundo Anthony Giddens (1993) ou Mari Luz Esteban (2009) – só para citar alguns/umas autores/as – por amor romântico. Segundo os/as autores/as, o amor romântico carrega junto consigo mecanismos de controle e de divisão nas relações por meio de códigos que visam garantir a continuidade da relação, bem como elementos que conferem a noção de que nessas relações conjugais há amor de verdade. Um desses elementos utilizados para conferir seriedade e afeto em uma relação é o compromisso monogâmico, isto é, a manutenção da relação somente entre duas pessoas. Desse modo, a manifestação de desejo por outras pessoas poderia indicar uma queda no interesse, bem como um questionamento sobre se há amor verdadeiro ou não.

Camilo e Daniel possuem um acordo, segundo eles, muito bem estabelecido: os dois não suportam traição e acreditam que se for para ocorrer significa que a relação não possui mais nenhum sentido em continuar, por isso, os dois possuem um contrato de monogamia no qual ambos buscam respeitar e corresponder ao acordo. Já o casal formado por Anderson e Bruno manteve a relação em códigos de monogamia por um tempo e, após certas experiências, decidiram que estabeleceriam relações sexuais com terceiros em separado, mas depois de algumas brigas, chegaram ao acordo de transarem a três, isto é, só haverá sexo com outra pessoa se os dois participarem.

Aí eu descobri traição, e eu sempre fui fiel e seria, até então, se eu não tivesse descoberto porque aí foi aquele drama: Eu: “Vamos terminar”; Ele: “Não vamos terminar não”. Só que eu não conseguia terminar porque você não conhece a lábia desse homem. Ele: “Eu te amo, foram vários, os deslizes”, aí não terminamos. Mas eu fiquei meio assim; sabe aquele “corno manso”? “Eu todo ‘fielzinho’ e ele me traindo”. Aí eu pensei em dar o troco. Então, chamei um moleque e falei: “Quer transar comigo?” e o menino: “Quero”; Aí eu falei: “Só que eu vou contar para o ‘Anderson’, mesmo assim?”; “Só que ele vai te procurar, vai ter pau!”. Aí, assim que eu saí do motel eu fui lá para a casa dele e contei que tinha ido para o motel com outro cara. Na verdade, eu fui à casa dele só para contar; para mostrar que eu dei o troco; Olha que loucura! Que coisa de louco, né? Aí ele achou ruim e tal, mas não brigou comigo, né? Porque ele falou: “Chumbo trocado não dói”. Depois acho que a gente tava numa situação meia ruim e eu acabei o traindo mais vezes; contei também, tudo. E aí, um dia, a gente sentou, lavamos toda a roupa suja, e bem suja, e acabamos por optar continuarmos o relacionamento para ver até onde vai. Mas parece assim, que a gente briga, sabe? Deixa tudo para trás e começa uma fase nova, que foi o que aconteceu há dois meses atrás. Foi mais ou menos isso. Hoje a relação continua aberta a três (Entrevista Bruno, 23.12.2010).

Bruno conta ainda que sentia menos ciúmes quando sabia que se tratava de apenas uma transa, sem o envolvimento sentimental. Essa divisão é, segundo Eva Illouz (2016), uma característica eminentemente moderna sobre o modo como as relações estão sendo estabelecidas nas quais há uma dissociação do sexo e da emoção. Desse modo, o sexo surge como uma categoria *per se* e passa a ser um dos critérios a ser considerado na escolha de parceiros ou parceiras sexuais/amorosas, ao contrário do que acontecia em tempo mais remotos nos quais o sexo era posterior ao casamento e fazia parte de um avanço nas etapas de uma relação que se construía tendo a intimidade como destino e o divórcio como uma impossibilidade.

Ambas as entrevistas apontam que a monogamia é um elemento cujo modelo de base é relacionamento heteronormativo das quais faz parte a noção de como amar. Isso não quer dizer que todos/as estão sujeitos/as a seguir esse modelo de modo inquestionável ou, até mesmo, sem condições de resignificar a monogamia como não sendo o único critério para mensurar o amor que uma pessoa sente. Pelo contrário, como Anderson e Bruno bem nos contam, as relações são resultado de uma constante negociação na qual ambas as partes buscam por um bem estar em seguirem juntas, desde que detenham as mesmas condições de estabelecer as “regras do jogo”.

Reconhecimento civil

A construção da díade heterossexualidade e homossexualidade, não constitui somente um contraponto sobre identidades sexuais, mas também diz respeito, historicamente, à manutenção de outra díade, a de normalidade e anormalidade. Se heterosse-

xuais são vistos como detentores da normalidade e, assim, do reconhecimento e de suas relações tratadas como legitimidade, quais outros modelos de relações “normais” nós possuímos para pensar a construção de uma relação que não esteja/seja pautada pela heterossexualidade? Não que precisamos da construção de um modelo homossexual a ser seguido, mas, aparentemente, a configuração das relações homossexuais parece apontar para uma busca da normalidade por meio dos códigos estabelecidos pelos relacionamentos “normais”, isto é, os relacionamentos heterossexuais.

O ideal de família é compulsoriamente implantado nos indivíduos determinando o ciclo de reprodução das estruturas e espaços sociais. Segundo a tese de Bourdieu, este posicionamento da família como ideal é feito através da generalização e uniformização de aspectos que, na verdade, são privilégios de apenas alguns grupos sociais. Nesta perspectiva o esforço dos casais homossexuais em construir uma família, e como parte disso, encontrar um parceiro e desenvolver com ele um relacionamento, pode ser entendido como um ato que busca o benefício da normalidade (Moscheta, 2004, p. 71).

Quando Camilo e Daniel foram questionados sobre as diferenças que percebiam entre as relações heterossexuais e a deles, eles prontamente responderam que não viam diferença alguma ao argumentar que a dedicação emocional, a exigência de companheirismo, de respeito mútuo, de amor, de carinho, paixão, etc. se dão da mesma maneira em ambas as situações. A diferença talvez resida em alguns empecilhos adicionais por ser um casal formado por pessoas do mesmo sexo como a possível falta de um apoio social para com o reconhecimento do casal, tanto por parte do Estado, como por parte dos familiares e até mesmo por parte da “comunidade gay” conforme aponta o estudo de Adriana Nunan (2007).

Em primeiro lugar, de acordo com estes estudos, a principal característica que diferencia os relacionamentos homossexuais dos heterossexuais é a falta de uma rede de apoio (familiar, social e de parte da comunidade gay) que ofereça suporte emocional tanto para o indivíduo quanto para o casal homossexual. Em segundo, a esta falta de apoio podemos somar o preconceito (tanto institucionalizado quanto internalizado) experienciado por estes casais, a falta de modelos de relacionamentos saudáveis, nos quais possam se espelhar, e os problemas decorrentes da socialização de papel de gênero vivenciada pelos homossexuais masculinos (que tende a desvalorizar características de personalidade essenciais para a manutenção da intimidade emocional) (Nunan, 2007, p. 63).

Isso não quer dizer que a busca por um relacionamento que se assemelhe às configurações de relacionamentos heterossexuais seja exatamente uma busca por normalidade – até porque isso parece ser impossível, pois aparenta ser uma possibilidade somente a partir de um ideal e não possível na realidade –, mas, antes, uma busca por aceitação, respeito e legitimidade que parecem só ser conferidos aos códigos heteronormativos.

Considerações finais

A ruptura do modelo de relacionamento baseado no roteiro namoro-noivado-casamento parece estar sendo acentuado não somente devido ao estabelecimento de relações homossexuais, mas é algo que acontece desde a revolução sexual acontecida nos anos 60, nos quais diversos grupos, especialmente mulheres, passaram a questionar os modelos estabelecidos de relacionamento. Entretanto, esses questionamentos parecem ainda não ter sido o suficiente para que a sociedade entendesse como legítimas e

dignas de respeito as relações que desviam desse roteiro ou que, quando procuram segui-lo, não se trata de heterossexuais.

Os códigos de relacionamento heteronormativos ainda são os elementos mais destacados e mais respeitados não só pela sociedade em geral, como pelo próprio Estado que, ainda que tenha aprovado a união civil entre pessoas do mesmo sexo, ainda não aprovou uma lei como a que prevê a homofobia como crime em casos, por exemplo, em que casais de homossexuais são expulsos de estabelecimentos comerciais, bem como aqueles que apanham na rua por, simplesmente, manifestarem seus afetos por meio de trocas de carícias, como um beijo ou ao andar de mãos dadas.

Vivemos num momento no qual estamos atravessado uma “nova economia do desejo” (Miskolci, 2014) na qual a forte erotização dos corpos e o encorajamento ao estabelecimento de relações sexuais sem necessariamente construir uma relação de afeto, bem como com a abertura para que grupos que divergem das normativas (hetero) sexuais podem pensar a construção de uma relação não-heterocentrada, estão exigindo a criação de novos contornos para as emoções, bem como para as negociações nas relações a dois (ou mais).

Casais formados por homens – ou até mesmo por mulheres, mas aqui não é o caso – estão tendo que negociar entre dois polos. De um lado, o polo dos códigos dos relacionamentos estabelecidos, especialmente, pelas noções tradicionais de amor e de sexo. E, de outro lado, o polo da invenção, no qual os sujeitos podem resignificar esses códigos e, assim, construir novos elementos para seguir a vida sem deixar de sentir prazer, carinho e bem estar.

Referências

- Bardin, Laurence. *Análise de Conteúdo*. 5ª ed. Lisboa: Edições 70, 2010.
- Bourdieu, Pierre. *A dominação masculina*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- Butler, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- Diniz, André Geraldo Ribeiro; Cláudia Andréa Mayorga Borges. Possíveis interlocuções entre parentesco e identidade sexual: paternidade vivenciada por homens homo/bissexuais. In: Miriam Grossi et al. (orgs.) *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 253-276, 2007.
- Esteban, Mari Luz. Identidad de género, feminismo, sexualidad y amor: los cuerpos como agentes. *Política y Sociedad*, v. 46, n 1-2, p. 27-41, 2009. <http://zip.net/bctLGN> (Consulta em: 13.03.2017).
- Foucault, Michel. *A história da sexualidade I: a vontade de saber*. 19ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009.
- Foucault, Michel. *A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 23ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- Foucault, Michel. *Microfísica do poder*. 28ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- Giddens, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: UNESP, 1993.
- Heilborn, Maria Luiza. *Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

Illouz, Eva. *Por qué duele el amor: una explicación sociológica*. 2ª ed. Buenos Aires: 2016.

Louro, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: Ensaio sobre a sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

Louro, Guacira Lopes. Heteronormatividade e Homofobia. In: Rogério D. Junqueira (org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, p. 85-94, 2009.

Mello, Luiz. *Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

Miskolci, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. *Cadernos Pagu*, n. 28, p. 101-128, 2007. <http://zip.net/bjtLJp> (Consulta em: 13.03.2017).

Miskolci, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normatização. *Sociologias*, v. 11, n. 21, p. 150-182, 2009. <http://zip.net/bhtLWj> (Consulta em: 13.03.2017).

Miskolci, Richard. San Francisco e a nova economia do desejo. *Lua Nova – Revista de cultura e política*. N. 91, p. 269-295, 2014. <http://zip.net/bptMnr> (Consulta em: 13.03.2017).

Moscheta, Murilo dos Santos. *Construindo a diferença: a intimidade conjugal em casais de homens homossexuais*. Dissertação. Ribeirão Preto: FFCLRP/USP, 2004.

Nunan, Adriana. A influência do preconceito internalizado na conjugalidade homossexual masculina. In: Miriam Grossi et al. (orgs.) *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 47-68, 2007.

Rich, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e a experiência lésbica. *Bagoas – Estudos gays, gênero e sexualidade*, v. 4, n. 5, p. 17-44, 2010. <http://zip.net/bktLMx> (Consulta em: 13.03.2017).

Sáez, Javier; Sejo Carrascosa. *Por el culo: políticas anales*. Madrid/Barcelona: Editora Egales, 2011.

Simões, Júlio Assis; Regina Facchini. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.